timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XV PREÇO AVULSO: 120$00 Nº 156 JANEIRO 1999

TIMOR LESTE: UMA TRANSIÇÃO RESPONSÁVEL

Em artigo publicado na edição de 7 de Fevereiro do jornal Público, *Luísa Teotónio Pereira, coordenadora da CDPM, alerta para as exigências que a actual fase do processo colocam.*

Seja qual for o acordo político a que Portugal, a Indonésia e a parte timorense possam chegar nesta fase, sob os auspícios das Nações Unidas, o período de transição já começou a contar para o povo de Timor Leste. E se toda a transferência de poder é difícil e problemática, neste caso a Indonésia está a construir no território um quadro particularmente dramático que, somado a uma violência sistemática exercida durante mais de duas décadas e que destruiu o tecido social timorense, deixará marcas profundas para o futuro.

A experiência de meio século de descolonização, em várias partes do mundo, evidenciou o significado humano e social, com significativas repercussões nas esferas política e económica, da repressão continuada, do atiçamento de contradições e emoções e do destroçar programado da vida do dia-a-dia dos cidadãos. Os últimos tempos de ocupação colonial têm deixado rastos envenenados que confundem os espíritos, suprimem vontades e condicionam os processos de reconstrução nacional. Todos o sabemos, ouvimos, lemos, não o podemos ignorar.

Fazendo letra morta dos compromissos internacionais assumidos perante as Nações Unidas, Jacarta mantém em Timor Leste uma elevadíssima presença militar, entre 7 a 9 vezes superior, proporcionalmente ao número de civis, àquela que se concentra na Indonésia. Apesar disso, e enquanto os responsáveis militares no território continuam a dizer que não se passa nada de especial na "sua 27ª província", é concebido e executado pelas autoridades um plano de distribuição alargada de armas e de apoios financeiros a civis timorenses, sob pretexto de que "é preciso equilibrar as forças"!

A desestabilização provocada pela acção "incontrolada" destas milícias tem dado origem a deslocações maciças de populações - encontram-se refugiadas em Díli cerca de 1000 pessoas, 3000 em Liquiça, mais de 6000 em Suai...

Simultaneamente, num contexto de crise económica aguda que assola toda a região, iniciam-se campanhas para retirar de Timor Leste os funcionários públicos indonésios, particularmente os que asseguram o funcionamento dos serviços sociais básicos, como o pessoal médico, deixam-se esgotar as reservas de mantimentos e de medicamentos...

Os dirigentes da Resistência timorense têm-se desdobrado em apelos e gestos dirigidos à reconciliação e à calma perante as dificílimas condições que se verificam no terreno e não há notícia de qualquer política de provocação ou de retaliação.

A criação do caos parece ser o objectivo de Jacarta. Seja para justificar a ocupação, para exercer chantagem sobre o processo negocial em curso, para fazer chegar sinais iniludíveis às 26 províncias que compõem o "Estado Unitário", ou (e) para penalizar os ingratos timorenses, a realidade não mente.

A própria forma que tem assumido nos últimos dias o anúncio das mudanças de intenção do regime de Jacarta face a Timor Leste, não contribuiu para esclarecer e para distender a situação no território. Antes pelo contrário: a incerteza e o medo aumentaram e, com eles, a tensão que facilita a violência.

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia, sob os auspícios da ONU, têm a obrigação de criar de imediato as condições concretas que permitam a Timor Leste viver um período de transição responsável. Entre elas, o desarmamento dos civis e dos grupos paramilitares, a presença permanente das Nações Unidas, a pronta retirada substancial das forças militares ocupantes, a libertação dos presos políticos, a participação directa da parte timorense no processo negocial e a clarificação do percurso político a seguir. A comunidade internacional e todas as partes envolvidas, em particular os timorenses, como fez questão de sublinhar há dias o presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Xanana Gusmão, serão os garantes deste esforço colectivo, que terá enormes repercussões na vida, presente e futura, do povo de Timor Leste e de toda a região.

neste número:

TL: UMA TRANSIÇÃO RESPONSÁVEL

"A INDEPENDÊNCIA NÃO É UM FIM"

SOLIDARIEDADE COM O POVO CURDO

XANANA GUSMÃO: «A INDEPENDÊNCIA É UM MEIO, NÃO UM FIM»

Na sua mensagem de fim de ano o dirigente da Resistência timorense desafia os seus compatriotas a reflectir sobre os problemas do futuro.

«Compatriotas de Timor Leste! Vamos iniciar um Novo Ano na luta pela libertação da nossa Pátria, Timor Leste. Há 23 anos que o nosso Povo empenhou a sua energia, a sua coragem e determinação e a sua própria vida pelo ideal sagrado da independência nacional. (...).

Desde o início da guerra de invasão, nós sabíamos que enfrentávamos um inimigo poderoso, o regime ditador/colonialista de Suharto. Contudo, esse conhecimento da desigualdade entre nós e o invasor indonésio nunca nos fez vergar um só momento que fosse, para continuarmos a lutar pelo nosso direito inalienável à autodeterminação e independência nacional. (...).

Passámos anos duríssimos, enfrentámos períodos muitos difíceis. A dor e as lágrimas, a morte e os sofrimentos serviram apenas para cimentar a nossa determinação na luta e a nossa fé na vitória. O ano de 1998 foi marcado por uma transformação radical na vida socio-política na Indonésia, com repercussão no nosso próprio processo. Toda a Indonésia foi agitada por um movimento social extraordinário, abalando os alicerces do repressivo e corrupto regime da Orde Baru [Ordem Nova]*!*

Em Timor Leste, repetiu-se a sensação de que chegara o momento das grandes esperanças. A euforia das atitudes levava alguns de volta a 24 anos atrás, esquecendo-se das condições conjunturais de 1998. As nossas preocupações receberam a sua real dimensão, não só pelas lembranças que se acumularam nas nossas mentes como pela visão do futuro que nos espera. Um misto de receios e optimismo apoderou-se de nós e adverte-nos de todas as possibilidades que poderão tornar o nosso processo menos desejável para todos.

E quanto mais nos detemos a analisar profundamente o tecido social timorense, mais somos levados a considerar que devemos evitar infantilismos políticos desastrosos. (...).

Não se tenta compreender, não se tenta descobrir, não se tenta analisar todos os aspectos que se relacionam com os esforços e a intenção de solucionar o problema. Muitos só pensam no referendum, alguns até exigem imediata independência. (...).

Depois de 23 anos de guerra de libertação nacional, é de lamentar que as pessoas ainda não se prestem ao trabalho de pensar, de analisar para conhecer profundamente o nosso processo.

Há quem não concorde que se diga que 'é necessário educar-se politicamente o nosso Povo', afirmando que o nosso Povo esta politicamente preparado e a prova é que resistiu durante 23 anos. Essas pessoas confundem alhos com bugalhos, confundem o patriotismo com consciência política.

Há quem se preocupe já com o poder, se preocupe já com o seu partido e deseje assegurar já as condições políticas para o seu partido. Porque só vêem o partido, não estão capazes de ver os interesses da Pátria, os interesses do nosso Povo! Às vezes, pronuncia-se a palavra 'interesses' como sinónimo de 'anseio pela independência'. Não se consegue perceber para além disto, não se consegue descobrir a dimensão do termo 'interesses da Nação'. Outros aparecem agora como protagonistas de 'ideias realistas' para encobrir a vergonha de não terem feito nada depois de receberem muito dinheiro do Suharto para dificultar o processo de libertação da Pátria. Estas pessoas tiram hoje conclusões (extra)ordinárias de que nós afinal estamos apenas a dar-lhes razão, quando nunca provaram possuir razão nenhuma, ao reconhecerem a invasão e ao fazerem uma viragem de 180º das suas revolucionaríssimas ideologias de 1974! (...).

O nosso Povo está farto das mentiras de Jacarta, o nosso Povo sente que o melhor caminho é tirar vantagem dos problemas socio-políticos e económicos que a Indonésia atravessa. (...).

A atitude do nosso Povo é apenas uma reacção legítima ao contínuo desrespeito da Indonésia ao direito internacional, aos princípios universais e às resoluções da ONU. A atitude do nosso Povo demonstra apenas que a queda de Suharto não significou nada para Timor Leste (...).

Muitos países ajudaram o repressivo regime do Suharto, alimentando a corrupção que levou a Indonésia à bancarrota. Hoje, esses países quase não mexem um dedo em favor do movimento pela democracia e estão, pelo contrário, a olhar as perspectivas de novos investimentos numa Indonésia economicamente escancarada. (...).

E esta política interesseira da comunidade internacional tem também um impacto no problema de Timor Leste. A comunidade internacional não se sente responsável do destino de 200 milhões de indonésios, nem debaixo do Suharto nem do Habibie. E nem podemos falar de 700.000 timorenses, pois é um número pequeno demais para ter valor em considerações sobre direito e justiça. (...).

Solução justa e duradoura! Nenhuma solução é inteiramente justa se não é duradoura, nem solução alguma pode ser duradoura se não é justa. Justa e duradoura são 2 binómios do processo de solução que todos queremos buscar para Timor Leste!(...).

À luz do direito internacional, solução justa só se alcança com a realização do referendo! Sem referendo, não haverá solução justa! Mas isto não chega! Para que a solução seja duradoura, devemos preocupar-nos, devemos prestar a devida atenção a muitos aspectos sociais e políticos no seio da sociedade timorense. Problemas actuais com reflexo para o futuro. Problemas que se não forem bem analisados e ponderados, podem criar a instabilidade política, o desassossego dos espíritos e um clima de conflitos sociais. Nós sabemos que o nosso Povo começa a ficar impaciente e começam a surgir grupos radicais que escolherão a confrontação para sacudir a situação de impasse, provocada pela arrogância colonialista do regime Suharto/Habibie. (...).

Devo dizer que o CNRT considerou, em primeiro lugar, a sua responsabilidade em não provocar mais vítimas na população timorense, no nosso Povo. Em segundo lugar, que o CNRT acredita que o diálogo é o melhor caminho para se encontrar, por mecanismos internacionais, a solução (justa e duradoura!). Em terceiro lugar, que o CNRT não deseja uma independência que venha a ser causa de conflito entre os próprios timorenses e entre Timor Leste e a Indonésia.

Há quem sugira que devamos estar preparados para proclamar a independência, desde que a situação na Indonésia se torne incontrolável. Eu não aceito a ideia, não porque não queira a independência. Eu não aceito a ideia, porque tenho a minha noção sobre independência. Eu não desejaria uma independência aos

sobressaltos, uma independência que nos irá conduzir à violência entre irmãos. Todos compreendemos que a independência é um meio e não um fim em si! A independência deve garantir a todos os filhos de Timor Leste, sem excepção, paz e tranquilidade, harmonia e segurança, para que todos se impulsionem com o ardor da reconstrução e desenvolvimento nacional. A independência deve garantir as melhores relações de cooperação com a grande vizinha que é a Indonésia.

A independência não será um acto de fecharmos as portas ao mundo. A independência é apenas a capacidade que possuímos para gerir o nosso próprio destino. Gerir, para alguns políticos é governar, é ter o poder nas mãos. Gerir é o acto que todo o Povo realiza na participação integral nos destinos da Nação.

A nossa luta pela libertação nacional deu-nos tempo mais do que suficiente para estudarmos a história dos Movimentos de Libertação em todo o Mundo. Muitos países independentes ainda não provaram que compreenderam o verdadeiro sentido do 'direito de gerir o próprio destino', estando os governantes desses países a braços com problemas socio-políticos graves e problemas económicos de muita lástima. A independência, nesses países, não trouxe a paz nem a concórdia entre os seus cidadãos, a independência, nesses países, não serviu para melhorar as condições de vida da população. (...).

Mas sobretudo, devemos evitar o ardor da independência que surge sempre depois de uma guerra de Libertação. Se não é um partido que reclama ter dirigido toda a luta, são as pessoas que se qualificam como heróis, como os que trabalharam muito, os que sofreram mais, os que, portanto, merecem compensações. A independência é vista/ansiada para se colocar os heróis na vanguarda do governo. A independência serviria para mostrar quem lutou e quem não lutou, a independência seria para as pessoas começarem a sonhar para si mesmas, para o seu grupo, para o seu partido. A independência ganha assim uma nova percepção: disputa de oportunidades! (...). Ainda nem estamos independentes, já estamos a pensar quem vai ser ministro e quem não deve ser ministro. Antes mesmo de sermos independentes, estamos já a alistar-nos para o livro de honra dos heróis, dos que fizeram tudo, dos que sofreram mais. E esquecemo-nos de que o verdadeiro herói é o nosso Povo e os guerrilheiros que estão no mato!

A independência já está a perder o seu carácter, a independência já esconde as ambições pessoais e de grupos. Era normal no 3º mundo, que os 'heróis' do Movimento de Libertação deveriam ser os 'heróis' da independência. Um erro fatal na maior parte dos casos. E é deste erro que os timorenses deveriam tirar ilações.

Todos deveríamos compreender que a Libertação da Pátria é apenas a metade do objectivo da independência. Porque, depois da independência, a Libertação do Povo constitui a outra metade do objectivo da independência.

Mas uma independência só pode permitir-nos desenvolver as nossas iniciativas e a nossa capacidade criadora, se todos os timorenses se asseguram a si mesmos e a cada um que Timor Leste é de todos e que, em Timor Leste, todos poderemos viver em harmonia e em paz.

Para que a solução justa que alcançarmos venha a ser uma solução duradoura! É neste sentido, que eu quero aclarar que se o CNRT aceitou a ideia da autonomia, não é porque não tenhamos ainda infra-estruturas nem recursos humanos que nos garantam a capacidade de reconstruir a Nação.

Nos primeiros 3 anos da invasão, o nosso Povo mostrou extraordinário ânimo na sua própria mobilização para fazer face à guerra que os assassinos generais do Suharto estavam a desencadear sobre nós. E eu acredito que, comendo mandiocas nos primeiros cinco anos, nós os timorenses venderemos arroz à Indonésia no ano seguinte!

Mas o problema não é tão simples como parece! Se, na Conferência Nacional de Março de 1981 definimos a Unidade Nacional como um objectivo primordial da nossa luta, se em 1986, vimos surgir a Convergência Nacionalista, se o CNRM apareceu em 1987 para abrir maiores perspectivas à Reconciliação Nacional e se o CNRT conseguiu avançar qualita-tivamente neste processo de unir os timorenses, hoje, na sociedade timorense, continuam a existir sentimentos que nos separam, que nos dividem e que causam conflitos entre nós.

São estas as feridas que devem ser curadas. É muito fácil aos 'heróis' da independência pensarem que, amanhã, meteremos os integracionistas todos na prisão e pronto! Há paz!!! Será paz? Será isto que desejamos? Os que mataram devem ser mortos? Os que prenderam devem ser presos? Os que torturaram devem ser torturados? Os roubaram devem ser roubados? É fácil, arruma-se tudo na prisão. Vamos todos coroarmo-nos da glória de grande heróis da Libertação Nacional! E a história do 3º mundo repetir-se-á: o líder da resistência, acaba por ser invariavelmente presidente, mesmo que não esteja à altura; os comandantes acabarão por ser generais e os políticos disputarão entre si para serem ministros! Só porque fomos heróis! Só porque trabalhámos muito, só porque sofremos mais que outros! Se isso vier a acontecer, todo o sentido da nossa luta, todo o sentido dos sacrifícios do nosso Povo será ultrajado! Será traído! (...).

Num referendo, se a maioria desejar a integração, os que defendem a independência têm a liberdade de manter a sua ideia sem contudo o direito de provocar distúrbios por causa das suas ideias. Se no referendo, o povo escolher a independência, os integracionistas continuarão timorenses com direito de viver em Timor Leste como qualquer outro timorense, estando apenas comprometidos a não provocar instabilidade ao processo de reconstrução e desenvolvimento da Pátria.

O CNRT não sonha com a independência, o CNRT vê a independência já diante dos olhos! Quer Habibie goste ou não, quer Wiranto se enfureça ou não, quer Alatas se afine ou não! A independência de Timor Leste é uma questão irreversível! Mas o CNRT não advoga uma independência em que os timorenses vivam em constante receio, em constante temor. Quando proclamarmos a independência, o Povo timorense cantará de verdadeiro jubilo com uma verdadeira confiança no futuro. Nenhum timorense será posto de lado, nenhum timorense se sentirá estranho ao processo. (...).

À solução justa, deve-se juntar o outro aspecto: 'duradoura'. No período de autonomia, como transição para o Referendo, a Indonésia colaborará com os timorenses na criação de um clima de total harmonia, guiada pela tolerância e respeito mútuo. Se conseguirmos implementar isso, a Indonésia terá cumprido a sua responsabilidade na solução justa e duradoura para Timor Leste. E uma solução justa e duradoura em Timor Leste beneficiará as futuras relações de boa vizinhança, de cooperação e ajuda mútua entre duas Nações.

Se a Indonésia se dispuser a colaborar na criação dessa atmosfera política de verdadeira Reconciliação Nacional, eu acredito que o nosso Povo vai colocar uma pedra sobre tudo o que se passou nestes difíceis 23 anos! E Timor Leste e a Indonésia abrirão um novo capítulo na história, com os olhos postos num futuro de paz na Região, como contribuição para a paz no Mundo! (...).

O que eu posso garantir a todos é que se a Indonésia continuar arrogante e continuar teimosa a querer forçar-nos a uma autonomia como solução final, não haverá autonomia em Timor Leste.

O que eu posso garantir é que antes que haja uma autonomia em Timor Leste, o nosso Povo será esclarecido sobre a essência da autonomia e os seus representantes só assinarão se o acordo for do interesse do nosso Povo. Sem a concordância dos timorenses, não haverá autonomia. E a palavra de ordem será: "A luta continua em todas as frentes! Sem tréguas!" (...).

É minha opinião pessoal de que Jacarta não está preparada para avançar construtivamente no processo de negociações em todo o ano de 1999. O Governo colonialista de Habibie não deseja buscar uma solução para Timor Leste à luz do direito internacional e até agora

sempre mostrou a arrogância própria dos colonialistas de que o que fizeram foi legal e portanto, cabe a Portugal reconhecer a soberania Indonésia sobre Timor Leste.

Eu tenho esta certeza: 1999 será mais um ano de impasse. E nós os timorenses teremos de esperar pelo novo governo realmente democrático. Eu não apelaria a um aumento de tensões na nossa Pátria, nem apelaria a uma maior confrontação com as forças ocupacionistas. Talvez um dia tenhamos que decidir sobre isso, se mesmo depois das eleições, não tiver nada mudado na Indonésia e o prolongamento do regime da Orde Baru *continuar a manter o* status quo! *Mas não agora! Agora vamo-nos concentrar a dirigir os nossos esforços para: a) o fim das hostilidades militares; b) um clima de maior tolerância política.*

E isto tem em vista evitar mais vítimas entre timorenses. Os ocupantes armam timorenses e mandam-nos matar os seus irmãos. Ao invés de rangermos de raiva, esforcemo-nos por pensar com certa ponderação política. Estamos ao jogo do colonialista, estamos a dar argumento ao colonialista de que os timorenses estão ameaçados de uma nova guerra civil.

Não conseguimos ainda encontrar a forma de neutralizar politicamente esta velha táctica do inimigo, de dividir para reinar. Se fosse só o problema de dividir, o problema é de que divide e dá armas para matar os próprios irmãos.

Eu quero alertar a todos que, os que estão a incitar à confrontação física entre irmãos, estão a ajudar o inimigo a permanecer mais tempo em Timor Leste. Consciente ou inconscientemente, os que provocam situações de conflitos entre timorenses, não desejam uma solução rápida do problema de Timor Leste.

Vamos todos chamar para nós próprios a responsabilidade de criar um clima de tolerância política. Só um clima assim, poderá permitir-nos encontrar as oportunidades para começarmos a delinear ideias e planos e materializá-los. Vamos todos tentar ser mais maduros politicamente, vamos todos evitar ser os politiqueiros de 74. Vamos tentar aprender dos nossos próprios erros, antes de olharmos para os erros de outros países. Vamos tentar ser nós mesmos, desenvolvidos na nossa política, desenvolvidos no conhecimento do nosso processo, desenvolvidos na análise objectiva da realidade.

Não nos tornemos fanfarrões, só porque trazemos algumas lembranças de uma vida no mato, nem nos tornemos heróis só porque podemos apresentar um certificado de 'longa experiência'. Não sejamos exigentes porque o 'mundo' não reconhece os nossos trabalhos ou os nossos sacrifícios, nem sejamos orgulhosos porque já podemos liderar ou representar grupos ou partidos.

Sejamos humildes na nossa luta, porque a luta não é de nenhum isoladamente. A luta sempre foi do nosso Povo! Não desviemos o sentido da nossa luta para ambições pessoais. Coloquemos sempre, acima de tudo, os interesses do nosso Povo. É para defender os supremos interesses do nosso Povo, que enquanto Comandante das Falintil, não hesitarei, doa a quem doer, em tomar as decisões que sirvam o nosso heróico Povo!

O ano de 1999 deve ser o ano de uma nova dinâmica política. O ano de 1999 deve ser o ano de renovação de atitudes e de maior cometimento para produzir algo mais positivo para a nossa Pátria.

Em vez de estarmos à espera pelo referendo ou pela autonomia, eduquemo-nos a pensar que é a nós, os timorenses, que cabe a pesada responsabilidade de resolvermos os nossos problemas e é a nós, os timorenses, que compete produzir planos e desenvolver ideias para encontrarmos os mecanismos que mais favorecem a materialização de algumas iniciativas.

O ano de 1999 deve ser o ano de combinação de esforços para nos prepararmos para os desafios do futuro! (...).»

SOLIDARIEDADE COM OS POVOS CURDO E TURCO

Na sequência da prisão do dirigente do Partido Dos Trabalhadores Curdo (PKK), Abdullah Öçalan, a CDPM escreveu aos Embaixadores da Grécia e da Turquia acreditados no nosso país.

Da primeira dessas cartas salientamos:

«(...) O Povo Curdo, como V. Ex.a [Embaixador da Grécia] *muito bem sabe, tem sido ao longo deste século vítima das políticas imediatistas e geocêntricas das chamadas "grandes potências", encontrando-se hoje numa difícil situação, com o seu território espartilhado por quatro estados e a sua população sem o reconhecimento dos mais elementares direitos e obrigada ao exílio. E esta situação acontece na década que as Nações Unidas fixaram como a do fim dos colonialismos!*

As condições, ainda não clarificadas, em que se deu a prisão de Abdullah Öçalan levam-nos a recear a cúmplice participação das autoridades da Grécia nesse acontecimento, um país que pela sua postura na defesa dos ideais humanistas, que constituem a trave mestra da construção europeia, merecia todo o nosso respeito. (...).

Agradecíamos, Sr. Embaixador, que transmitisse ao seu Governo o quanto lamentamos esta atitude das autoridades gregas que - a não ser que seja devidamente clarificada - vem ensombrar a imagem que tínhamos do país que V. Ex.a representa.»

Da segunda: *«(...) A política seguida pelo regime que V. Ex.a* [Embaixador da Turquia] *representa tem sido, como muito bem sabe, a de recusar reconhecer qualquer identidade política, ou mesmo cultural, ao Povo Curdo numa prática de tipo colonialista idêntica à praticada pelo regime indonésio do ex-ditador Suharto em Timor Leste.*

A História mostra hoje que o genocídio e os apelos à rendição dos resistentes apenas prolongam o sofrimento dos povos, tanto o oprimido como o opressor,, e que só o diálogo baseado no respeito mútuo pode levar a uma solução justa para os problemas.

O registo lamentável de violação dos direitos humanos das autoridades turcas (...) levam-nos a denunciar a farsa de julgamento que está a ser preparada e a recear a condenação à morte de Abdullah Öçalan.

Agradecíamos, Sr. Embaixador, que transmitisse ao seu Governo o nosso apelo para que encare com dignidade o problema Curdo e que, à semelhança do que está a acontecer na Indonésia e em Timor Leste, inicie o caminho da libertação do Povo Turco através da libertação do Povo Curdo.»

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-2ª E, 1069-069 Lisboa, Tel.: 3172 860, Fax: 3172870
E-mail: cdpm@esoterica.pt
IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317